

Uma Abordagem Fenomenológico-Estrutural do Suicídio na Adolescência: Entre Vulnerabilidade Estrutural e Possibilidade Clínica

Daniela Ceron-Litvoc

Resumo

O suicídio na adolescência é frequentemente abordado a partir de fatores de risco epidemiológicos ou de categorias diagnósticas; contudo, essas perspectivas frequentemente deixam de explicar por que essa etapa da vida é marcada por uma vulnerabilidade tão intensa ao sofrimento existencial. Este artigo argumenta que a adolescência constitui uma condição singular de risco não primordialmente por causa de fatores externos, mas porque envolve uma reorganização radical das condições básicas da experiência subjetiva. Com base em uma perspectiva fenomenológico-estrutural, o artigo examina como a profunda reconfiguração da temporalidade, da espacialidade, da corporeidade e da intersubjetividade durante a adolescência cria um terreno no qual a ideação suicida pode emergir como resposta a uma instabilidade avassaladora, mais do que como um sintoma patológico discreto.

A análise mostra que a experiência adolescente é caracterizada por uma abertura excessiva ao futuro, uma desestabilização da experiência corporal de si, uma expansão abrupta do espaço social e simbólico, e uma passagem de formas verticais para formas horizontais de sustentação intersubjetiva, centradas nos pares. Essas transformações estruturais são ainda mais intensificadas nos contextos digitais contemporâneos, nos quais vínculos frágeis, narrativas coletivas e exposição online amplificam tanto o contágio quanto a vulnerabilidade, como ilustram os efeitos Werther e Papageno.

Clinicamente, o artigo propõe que uma intervenção efetiva requer mais do que manejo de risco ou redução sintomática. Embora medidas farmacológicas possam reduzir o perigo agudo, o trabalho terapêutico deve visar primariamente à restauração do movimento temporal e da continuidade biográfica por meio de um engajamento intersubjetivo singular. Ao reformular o suicídio adolescente como expressão de vulnerabilidade estrutural, e não como mera patologia, essa abordagem fenomenológico-estrutural oferece um arcabouço conceitual e clínico capaz de integrar sofrimento individual, contexto social e responsabilidade terapêutica.

Palavras-chave: Adolescência; Suicídio; Psicopatologia fenomenológico-estrutural; Temporalidade; Corporeidade; Intersubjetividade; Contexto digital.

Publicado pela Sociedade Brasileira Psicopatologia Fenômeno-Estrutural (SBPFE)

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CC BY nc 4.0.

ARTIGO



Psicopatol. Fenomenol. Contemp.
2026; vol15 (2): 395-420

Published Online

08 de agosto de 2026

<https://doi.org/10.37067/rpfc.v15i2.1241>

Daniela Ceron-Litvoc

Psiquiatra pelo IPq-FMUSP.
Doutorado em Ciências Médicas
pela FCMSC-SP. Presidenta da
Sociedade Brasileira de
Psicopatologia Fenômeno-
Estrutural (SBPFE), membro
fundador da SBPFE, editora-chefe
da revista Psicopatologia
Fenomenológica Contemporânea,
docente do curso de pós-graduação
em Psicopatologia Fenomenológica
da FCMSC-SP.

Contato:

daniela@ceronlitvoc.com

Phenomenological-Structural Approach to Suicide in Adolescence: Between Structural Vulnerability and Clinical Possibility

Daniela Ceron-Litvoc

Abstract

Suicide in adolescence is often approached through epidemiological risk factors or diagnostic categories, yet these perspectives frequently fail to account for why this life stage is marked by such intense vulnerability to existential suffering. This article argues that adolescence constitutes a singular condition of risk not primarily because of external factors, but because it involves a radical reorganization of the basic conditions of subjective experience. Drawing on a phenomenological-structural framework, the paper examines how the profound reconfiguration of temporality, spatiality, embodiment, and intersubjectivity during adolescence creates a terrain in which suicidal ideation may emerge as a response to overwhelming instability rather than as a discrete pathological symptom.

The analysis shows that the adolescent experience is characterized by an excessive openness to the future, a destabilization of embodied self-experience, an abrupt expansion of social and symbolic space, and a shift from vertical to horizontal forms of intersubjective support centered on peers. These structural transformations are further intensified in contemporary digital contexts, where fragile bonds, collective narratives, and online exposure amplify both contagion and vulnerability, as illustrated by the Werther and Papageno effects.

Clinically, the article proposes that effective intervention requires more than risk management or symptom reduction. While pharmacological measures may reduce acute danger, therapeutic work must primarily aim to restore temporal movement and biographical continuity through singular intersubjective engagement. By reframing adolescent suicide as an expression of structural vulnerability rather than mere pathology, this phenomenological-structural approach offers a conceptual and clinical framework capable of integrating individual suffering, social context, and therapeutic responsibility.

Keywords: Adolescence; Suicide; Phenomenological-structural psychopathology; Temporality; Embodiment; Intersubjectivity; Digital context.

Publicado pela Sociedade Brasileira Psicopatologia Fenômeno-Estrutural (SBPFE)

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licençaCC BY nc 4.0.

ARTIGO



Psicopatol. Fenomenol. Contemp.
2026; vol15 (2): 395-420

Published Online

08 de agosto de 2026

<https://doi.org/10.37067/rpfc.v15i2.1241>

Daniela Ceron-Litvoc

Psiquiatra pelo IPq-FMUSP.
Doutorado em Ciências Médicas
pela FCMSC-SP. Presidenta da
Sociedade Brasileira de
Psicopatologia Fenômeno-
Estrutural (SBPFE), membro
fundador da SBPFE, editora-chefe
da revista Psicopatologia
Fenomenológica Contemporânea,
docente do curso de pós-graduação
em Psicopatologia Fenomenológica
da FCMSC-SP.

Contato:

daniela@ceronlitvoc.com

O suicídio na adolescência é um tema de máxima relevância¹, tanto por seu impacto social quanto pelo lugar que ocupa na prática clínica contemporânea. Mais do que um dado epidemiológico, trata-se de uma experiência que, segundo esta perspectiva, deve ser compreendida a partir do ponto de vista da constituição estrutural do sujeito. O desafio central deste artigo é articular um quadro conceitual para compreender por que a adolescência, entre todas as fases da vida, mostra-se tão propensa à emergência de intenso sofrimento psíquico e, em alguns casos, à ideação e ao comportamento suicida.

No interior do quadro fenomenológico-estrutural, o suicídio não é considerado um ato isolado nem mera consequência de fatores externos, mas a expressão de uma situação estrutural marcada por uma reconfiguração radical das condições de possibilidade da experiência. Na psicopatologia fenomenológica clássica, o suicídio na vida adulta é compreendido como a expressão de um colapso estrutural do ser-no-mundo, marcado pela perda da abertura temporal ao futuro, pelo empobrecimento do presente e pela imobilização da própria existência (Minkowski, 1933; Binswanger, 1958; Tellenbach, 1961; Tatossian, 1979). Desse modo, este artigo aborda o comportamento suicida na adolescência como um fenômeno inscrito no modo adolescente de habitar o tempo, o espaço, a corporeidade e as relações intersubjetivas — dimensões que, durante esse período do desenvolvimento, passam por uma expansão de tal intensidade que emergem tensões estruturais, complicando significativamente sua análise clínica e teórica.

¹ **Nota de tradução:** Esta tradução foi realizada com o auxílio de inteligência artificial, especificamente do ChatGPT, modelo GPT-5.5 Thinking, desenvolvido pela OpenAI. O modelo pertence à família de grandes modelos de linguagem e apresenta capacidades avançadas de compreensão e geração de linguagem natural, com especial proficiência em registros acadêmicos, técnicos e humanísticos em múltiplos idiomas.

A tradução foi realizada do inglês para o português brasileiro, seguindo uma metodologia seção por seção, com revisão sistemática da consistência terminológica, preservação das escolhas estilísticas da autora e manutenção fiel do vocabulário conceitual usado pela autora. Buscou-se não omitir nem acrescentar ideias ao texto original, respeitando tanto quanto possível sua organização argumentativa, seu estilo linguístico e sua densidade conceitual.

As citações incorporadas ao corpo do texto foram traduzidas a partir da versão do artigo fornecida para esta atividade, sem consulta independente aos textos-fonte ou a edições alternativas das obras citadas.

A tradução assistida por inteligência artificial foi iniciada em 23 de maio de 2026 e supervisionada por Fábio Luiz Socreppa da Fonseca, sendo posteriormente submetida à autora para revisão. A versão final foi aprovada pela autora após suas considerações e revisões em 30 de maio de 2026.

Recomenda-se aos leitores considerar que, embora todos os esforços tenham sido feitos para assegurar precisão e fidelidade ao texto original, traduções assistidas por inteligência artificial podem apresentar limitações na apreensão de expressões altamente dependentes de contexto, nuances estilísticas ou sentidos culturalmente situados. Eventuais dúvidas relativas à tradução podem ser encaminhadas ao supervisor.

Essa reorganização estrutural durante a adolescência não ocorre de maneira isolada, mas sempre em diálogo com o contexto social e relacional no qual o adolescente está inserido. Nesse campo, os pares ocupam um lugar ambivalente — simultaneamente protetivo e arriscado — e, hoje, essa ambivalência é intensificada pela mediação digital, na qual vínculos frágeis e narrativas coletivas podem tanto sustentar quanto minar a experiência de continuidade.

Para compreender por que o suicídio pode emergir com tamanha força na adolescência, é necessário analisar primeiramente como essa etapa modifica a própria estrutura psíquica² — tempo, espaço, corporeidade e relações intersubjetivas. É nessa reorganização que a vulnerabilidade encontra seu terreno mais fértil. Este artigo examina o suicídio adolescente a partir desse ponto de vista. Na primeira parte, é explorada a correlação entre a estrutura psíquica adolescente e a vulnerabilidade ao sofrimento. Na segunda, a discussão se volta para o modo como tais reorganizações estruturais se relacionam com o contexto social contemporâneo e com os fatores que contribuem para o aumento do suicídio e das tentativas nessa faixa etária. Na terceira, são delineadas direções clínicas com base nos conceitos discutidos.

Parte I

Estrutura Psíquica em Expansão e Reconfiguração

O desenvolvimento pode ser compreendido, no interior deste quadro, como a expansão contínua de uma estrutura psíquica em equilíbrio dinâmico, concepção elaborada em trabalhos fenomenológico-estruturais anteriores sobre os processos do desenvolvimento (Ceron-Litvoc & Messas, 2016; Ceron-Litvoc, 2020). Essa estrutura é composta por dimensões fundamentais — corporeidade, temporalidade, espacialidade e relações intersubjetivas — que se articulam e se reorganizam em cada etapa, formando as condições estruturais da experiência vivida ao longo do desenvolvimento (Ceron-Litvoc & Messas, 2016). A saúde psíquica é compreendida como uma proporcionalidade equilibrada e harmoniosa entre essas dimensões, sustentando o movimento expansivo do devir humano sem ruptura ou desfiguração,

² Em consonância com a psicopatologia fenomenológico-estrutural, o termo “estrutura psíquica” é utilizado aqui para designar a organização pré-reflexiva da existência tal como ela é vivida, e não um aparelho intrapsíquico.

ao mesmo tempo em que preserva uma estabilidade da experiência de si e do mundo — noção previamente desenvolvida em análises fenomenológico-estruturais do desenvolvimento normal (Ceron-Litvoc, 2020).

Durante a infância, a estrutura se expande de maneira relativamente estável. A corporeidade é a principal fonte de ancoragem: o corpo oferece continuidade, flexibilidade e a base da experiência de si. A intersubjetividade também desempenha um papel fundamental, especialmente em seu formato típico da infância: uma relação verticalizada, na qual o adulto transmite estabilidade, proteção e uma referência ao mundo. Nessa relação, a criança encontra ancoragem em um outro que porta autoridade e oferece o lastro necessário para que as experiências encontrem sentido e organização. A temporalidade se expande progressivamente, permitindo o desenvolvimento de uma experiência predominantemente presentificada em direção a uma temporalidade tripartida: protensão, presente e retenção. A espacialidade se expande horizontalmente, abrindo-se para um mundo socializado — da casa à escola, ao bairro, ao mundo mais amplo — e verticalmente, por meio de uma capacidade progressivamente crescente de espacialização interior, no sentido existencial, que sustenta a emergência da introspecção.

Na adolescência, contudo, esse equilíbrio relativo na expansão da temporalidade e da espacialidade é profundamente alterado. As descrições clássicas do desenvolvimento há muito caracterizam a adolescência como um período de crise e reorganização estrutural, mais do que de continuidade linear. Piaget, por exemplo, enfatiza que a adolescência envolve uma profunda transformação das estruturas previamente estabelecidas, marcada pela instabilidade e pela busca de um novo equilíbrio, bem como por uma abertura ao domínio do possível que introduz novas tensões na relação com a realidade (Piaget, 1958/1972). Partindo dessas descrições observacionais, o presente estudo propõe uma leitura fenomenológico-estrutural da adolescência como uma fase de intensa reconfiguração estrutural, na qual antigas formas de sustentação perdem sua força organizadora enquanto novas formas ainda não foram consolidadas.

O adolescente é, assim, lançado em um movimento de reorganização radical, dando origem a múltiplas experiências intensas e instáveis até que um equilíbrio menos frágil no modo de ser-no-mundo possa ser redimensionado. Nesse ponto de máxima expansão — caracterizado por desproporções esperadas e por momentos de

desequilíbrio em busca de uma nova proporção — a ideação suicida pode emergir como uma das formas possíveis pelas quais a angústia de existir se expressa.

Uma metáfora ajuda a esclarecer o processo: se a infância pode ser comparada ao desdobramento de um poema, a adolescência é o momento em que, subitamente, esse poema parece perder seu sentido. O adolescente sente-se lançado à escrita de um novo texto sem lastro, com palavras ainda desconhecidas. Trata-se da experiência de ruptura biográfica, de descontinuidade do si mesmo no interior do mundo tal como havia sido até então.

Temporalidade: Excesso de Futuro, Perda do Passado

A temporalidade talvez seja a dimensão mais radicalmente transformada na adolescência. A criança vive uma temporalidade tripartida, na qual passado, presente e futuro se articulam de modo equilibrado. Em contraste, o adolescente experimenta uma hipertrofia da protensão: o futuro invade a experiência e domina a vida psíquica.

Essa expansão do futuro vem acompanhada por uma desvalorização do passado. A história pessoal perde importância; aquilo que foi vivido já não parece significativo. Na metáfora da escrita de si, um adolescente poderia dizer, quando convidado a reler o poema escrito até então: “Eu estava escrevendo este poema e, de repente, nada daquilo fazia sentido. Preciso escrever sobre um futuro para o qual quase não tenho lastro.”

O presente, por sua vez, torna-se um espaço angustiante: é nele que se instala a tarefa de construir aquele que se deseja vir a ser — mas sem garantias. Essa configuração pode gerar um sentimento de vazio e descontinuidade. Essa temporalidade desproporcional pode ser compreendida como a fonte de uma angústia existencial extrema: uma abertura irrestrita ao futuro lado a lado com a ausência de ferramentas internas para sustentar a construção de um projeto biográfico. Nesse quadro, a ideação suicida pode, assim, ser vista como emergindo da experiência de ter que suportar um futuro infinito, informe e sem lastro.

Espacialidade: Expansão e Desalojamento

Na infância, a espacialidade se expande de modo linear e contínuo: das primeiras relações de apego com os cuidadores à família; da casa à escola; do bairro

à cidade — em uma ampliação progressiva do mundo vivido. Na adolescência, essa linearidade é substituída por um salto abrupto: o jovem desperta para a vastidão conceitual do mundo, encontrando-se diante de horizontes infinitos. Essa abertura é fonte de fascínio, mas também de desamparo: o mundo se mostra vasto demais, exigindo escolhas e posições para as quais ainda não há recursos.

No vetor horizontal, amplia-se o campo social e simbólico de presença. Isso não é apenas uma ampliação geográfica, mas também conceitual e relacional: novos grupos, códigos e ideais passam a compor o horizonte do adolescente. Diante de tantos lugares a habitar, podem surgir deslocamento e inadequação. No vetor vertical, aprofunda-se a relação com valores, projetos e pertencimentos; a dimensão do “eu comigo mesmo”, o espaço conceitual introspectivo, aumenta abruptamente. O espaço torna-se mais amplo e mais profundo em uma dialética tensional de vetores jamais experimentada antes. Assim, a espacialidade, que anteriormente oferecia sustentação, é agora vivida como um campo de passagem e prova, no qual pertencimentos são testados e fronteiras entre aquilo que é próprio e aquilo que é do mundo são redefinidas.

Corporeidade: Corpo Vivido e Corpo Objeto

A corporeidade, por sua vez, é reconfigurada de modo tão intenso que precisa reconstruir sua capacidade de oferecer a experiência de estabilidade tão fundamental ao longo da infância. Na infância, o corpo era vivido como ancoragem e fonte de estabilidade. Na adolescência, a puberdade transforma o corpo em um território de novidade e estranhamento: crescimento, mudanças hormonais, sexualidade emergente e comparações com padrões sociais colocam o jovem diante de um corpo que já não é reconhecido como próprio.

Aqui emerge a dialética entre o corpo vivido (*Leib*) e o corpo objeto (*Körper*). O conceito de *Körper* pode ser compreendido como a experiência simples de ter um corpo, como massa biológica — um elemento presente desde o início. Isso predominava na etapa anterior. O mundo da criança é governado pela lei de um corpo sensorial: a realidade psíquica é determinada por aquilo que o corpo pode assimilar. Agora, na adolescência, a corporeidade se expande em uma dialética entre *Körper* e *Leib*. A novidade é consequência da enorme expansão da experiência vivida do adolescente. Soma-se ao *Körper* a experiência de um corpo que, para além de

sua concretude, torna-se também morada de um ser, sustentando uma dialética carregada de sentidos. O *Leib* transforma a experiência da intercorporeidade: de uma intercorporeidade que se iniciou com a sintonia rítmica entre o corpo do bebê e o corpo do cuidador, passa-se a uma troca que transcende matéria, ritmo e movimento, tornando-se atmosférica.

Essa nova realidade psíquica coloca o adolescente em uma dupla dimensão: a concretude presentificada do *Körper* e a potência protensional das possibilidades do *Leib*. Como em tudo aquilo que está ligado à tensão entre o presente e o desejo de transformação orientada para o futuro, a dialética é tensa. O *Körper* — matéria —, que antes era potência e mobilidade, pode agora tornar-se retenção. Nenhuma abertura ao futuro pode prescindir da realidade concreta. O corpo presente, capturado pelo olhar dos outros e pelos padrões sociais e digitais, determina quem se é e estabelece o caminho concreto a ser percorrido em direção ao futuro. O *Leib*, aberto na potência da transformação, resente-se desse *Körper* que o retém no tempo da transformação material, ao mesmo tempo em que o *Körper* encarna e possibilita as intenções de autoconstrução. O *Leib* pode oferecer vitalidade e abertura, mas o *Körper* pode tornar-se obstáculo e estranhamento em um momento de tamanha transcendência da matéria. Como relatou uma jovem: “Eu me olhei no espelho e não me reconheci. Era como se eu estivesse fora de mim, vendo uma estranha.”

A ambivalência entre o corpo vivido (*Leib*) e o corpo objeto (*Körper*) pode dar origem a experiências de despersonalização e estranhamento corporal. Ao tentar transformar o corpo em signo de identidade, o adolescente corre o risco de perder o sentido de familiaridade que constitui o pilar corporal — si mesmo e corpo são elementos inseparáveis. Essa combinação pode produzir um profundo desalojamento: estar no mundo sem reconhecer-se nem nele, nem em si mesmo.

Intersubjetividade: o Papel dos Pares

Na infância, a intersubjetividade se organiza em duas grandes modalidades com possibilidades distintas: uma verticalizada, na qual o adulto promove estabilidade para a criança, e uma horizontal, porém parcial, entre crianças. Na infância, quando a intersubjetividade se desenvolve entre duas crianças, ela permanece parcial, pois ambas ainda estão excessivamente centradas em suas

próprias perspectivas, com uma capacidade apenas restrita de abertura ao outro. Apesar da intenção de abertura ao outro, a experiência permanece centrada na própria corporeidade, permitindo que ambos os polos da subjetividade construam a experiência de modo mais parcial do que na vida adulta.

Com base nas pesquisas clássicas do desenvolvimento, a adolescência tem sido amplamente descrita como um período marcado pela reorganização das hierarquias relacionais, pela crescente centralidade das relações entre pares e pela intensificação da experiência emocional e social (Piaget, 1958/1972; Hopkins, 2017). Partindo dessas descrições, a presente análise propõe uma interpretação fenomenológico-estrutural da adolescência como uma fase na qual os vetores da organização psíquica mudam tanto em direção quanto em potência.

No interior desse campo transicional, a intersubjetividade verticalizada — previamente organizada em torno de relações assimétricas adulto-criança — perde sua força estruturante, dando lugar a uma configuração horizontal na qual os polos relacionais adquirem valência comparável. Ao mesmo tempo, a abertura ao outro se expande para além da experiência centrada no corpo, em direção a formas de engajamento intersubjetivo fundadas na interespacialidade e na intercorporeidade. Como resultado, a experiência adolescente passa a ser sustentada por dois polos intersubjetivos de valência equivalente, inaugurando um desafio fundamental: reconhecer a autonomia do outro ao mesmo tempo em que se sustenta a própria. Trata-se da intersubjetividade em sua face mais complexa. Nesse contexto, torna-se claro por que a adolescência é também o tempo das paixões: formas intensas de coconstrução de um mundo entre dois sujeitos que compartilham sintonia empática, presença mútua e coabitação simbólica.

Ao se expandir para uma intersubjetividade horizontal — não parcial — e extinguir a vertical, o adolescente encontra-se em uma posição desconhecida: a tarefa de construir novas fontes de sustentação no mundo passa agora a recair primordialmente sobre a comunhão com os pares. Os pais deixam de ser âncoras centrais, uma vez que as características estruturais da adolescência levam pais e filhos a habitar mundos distintos, ou seja, com o enfraquecimento gradual da intersubjetividade vertical. Com o colapso dessa estrutura assimétrica de sustentação, o adolescente torna-se consciente da diferença estrutural determinada pela posição de cada um no ciclo da vida. O mundo dos pais aparece agora como

pertencente a outra ordem temporal e existencial — uma ordem regida por sentidos consolidados e ritmos sedimentados —, enquanto o adolescente experiencia um mundo ainda em movimento e reconfiguração. Essa divergência nas estruturas existenciais faz com que a perspectiva dos pais pareça distante e frequentemente incompreensível, gerando o sentido vivido de que eles já não compartilham o mesmo mundo. São, portanto, os pares etários — tão ávidos por parceria quanto cada adolescente — que oferecem a nova ancoragem sustentadora de mundo.

Contudo, os grupos de pares são formados por sujeitos instáveis, afligidos pela angústia existencial esperada nessa etapa. A intersubjetividade horizontal torna-se, assim, intrinsecamente ambivalente: fonte de proteção e reconhecimento, mas também campo de risco e contágio. Ela pode oferecer pertencimento e reconhecimento, e também pode se tornar uma via para o contágio suicida quando a morte ou o sofrimento de um par é internalizado como um modo de elaborar a própria angústia.

É nesse campo que se inscrevem os chamados efeitos Werther e Papageno. O primeiro designa o risco de imitação e contágio decorrente da exposição ao comportamento suicida no interior do grupo; o segundo, o potencial protetivo de narrativas de superação que oferecem alternativas à morte.

O efeito Werther refere-se ao aumento do risco de suicídio por contágio social, especialmente quando adolescentes são expostos ao suicídio de pares, figuras públicas ou narrativas midiáticas sensacionalistas. Como Mueller (2019) demonstrou, a probabilidade de ideação e tentativas cresce em contextos de forte identificação — mesma faixa etária, gênero ou proximidade emocional —, ajudando a explicar a ocorrência de agrupamentos em escolas e comunidades. Estudos de autópsia psicológica (Balt et al., 2023; Arendt et al., 2019) indicam que mensagens de despedida e conteúdos que circulavam em redes sociais frequentemente funcionavam como modelos de ação, muitas vezes sem que pares ou familiares reconhecessem o risco. O efeito Werther ilustra, assim, como a vulnerabilidade adolescente pode ser amplificada quando a morte do outro é internalizada como uma possibilidade para a própria angústia.

O efeito Papageno, por sua vez, designa a função protetiva das narrativas de enfrentamento e sobrevivência que oferecem alternativas ao suicídio ao mostrar que a crise pode ser atravessada. Mueller (2019) enfatiza que, assim como narrativas

centradas na morte podem favorecer a imitação, histórias de sobrevivência podem abrir horizontes de esperança e inibir o comportamento suicida. Esse potencial foi confirmado empiricamente por Hamilton et al. (2024), que demonstraram que experiências positivas em redes sociais — apoio, validação, pertencimento — podem reduzir, ainda que de modo mais fraco e transitório, o risco proximal de ideação suicida. Além disso, Giordano (2003) aponta como amizades e parcerias românticas funcionam como fatores protetivos no desenvolvimento adolescente, ressoando com o efeito Papageno ao oferecer vínculos de reconhecimento e pertencimento como alternativas ao isolamento e ao desespero.

Buscar nas relações entre pares uma base de sustentação é o modo esperado — e potencialmente poderoso — de amenizar as tensões próprias desse período da vida. Horas passadas juntos em atividades aparentemente triviais — produzir vídeos, jogar, inventar modismos passageiros — são, na verdade, experiências fundantes de pertencimento. O grupo funciona como um apoio contra o excesso de futuro e contra o estranhamento corporal. Contudo, a direção que cada grupo assume — em direção à sustentação ou ao contágio — é decisiva e requer atenção constante também por parte dos adultos. Aqui se torna crucial o papel da família, que, embora reconfigurado em relação à sua forma anterior, permanece absolutamente fundamental. Essa nova configuração dos vínculos entre pares também reverbera no interior da família.

Família em Transformação

A organização familiar se modifica — ao menos a partir da perspectiva do adolescente. A experiência intersubjetiva passa agora a consistir em uma dialética entre dois polos subjetivos de peso equivalente. O adolescente já não se submete incondicionalmente à perspectiva do outro, mas começa a coconstruir a experiência, incluindo o outro como parceiro em uma posição equivalente. Nesse ponto, inicia-se uma experiência mais plena da alteridade, que carrega a possibilidade de transformação recíproca.

Esse deslocamento se expressa na vida cotidiana: regras unidirecionais passam agora a encontrar resistência. O adolescente exige explicações, formula argumentos e desafia posições. A autoridade do adulto já não é suficiente em si mesma — precisamente porque já não é sustentada pela intersubjetividade verticalizada; ela precisa, em vez disso, ser continuamente construída no interior da

relação, por meio do diálogo e da negociação. Isso não significa ausência de limites, mas uma mudança no modo como os limites são vividos: anteriormente, eram obedecidos sob uma autoridade que se impunha quase “naturalmente”, sustentada por uma estrutura intersubjetiva verticalizada; agora, são disputados e reconstruídos por meio da equivalência das subjetividades que os contestam.

Esse movimento marca profundamente as relações familiares, transformando-as em terreno fértil para a tensão. O adolescente confronta a imagem idealizada dos pais, questiona seus modos de ser, seus hábitos e suas limitações. É o momento em que os pais “deixam de ser legais”, quando uma linguagem antes vivida como familiar e reconfortante começa a soar estrangeira ou intrusiva. O outro precisa ser desconstruído para que o si mesmo possa emergir — e esse processo é frequentemente turbulento.

No interior dessa nova configuração estrutural, os pais deixam de ser âncoras centrais uma vez que a intersubjetividade vertical foi extinta. Com o colapso dessa estrutura assimétrica de sustentação, o adolescente toma consciência da diferença estrutural determinada pela posição de cada um no ciclo da vida. O mundo dos pais aparece agora como pertencente a outra ordem temporal e existencial — uma ordem regida por sentidos consolidados e ritmos sedimentados —, enquanto o adolescente experiencia um mundo ainda em movimento e reconfiguração. Essa divergência nas estruturas existenciais faz com que a perspectiva dos pais pareça distante e frequentemente incompreensível, gerando o sentido vivido de que eles já não compartilham o mesmo mundo.

O papel da família não desaparece, mas se transforma. Não se trata da ausência de limites nem do fracasso das relações parentais em oferecer direção, mas de uma mudança de forma. Aquilo que antes se impunha quase naturalmente, sustentado por uma estrutura intersubjetiva verticalizada, precisa agora ser reconstruído no interior de uma relação que pressupõe equivalência de posições — ao menos do ponto de vista do adolescente. Esse processo, inevitavelmente, gera conflito.

A família ainda pode desempenhar um papel fundamental, desde que reconheça e assimile essa nova possibilidade de relação: dentro daquilo que é viável para cada realidade familiar, acompanhar a reorganização do adolescente, oferecer sustentação e aceitar o desejo de autonomia — sem tentar suprimi-lo —, ao mesmo

tempo em que delinea novos limites. Pais que reconhecem que perderam seu papel exclusivo de estabilizadores e aceitam um lugar de sustentação parcial podem ajudar seus filhos a atravessar essa etapa sem ruptura. Inversamente, quando a família insiste em manter uma verticalidade rígida, aumenta o risco de distanciamento e isolamento. Nessas circunstâncias, o adolescente pode encontrar-se entre pares frágeis e uma família distante, perdendo suas principais formas de ancoragem e tornando-se mais vulnerável à ideação suicida.

Essas transformações internas no adolescente tornam-se ainda mais complexas quando situadas no contexto social contemporâneo, marcado por vínculos frágeis e mediação digital. É nesse terreno histórico que as vulnerabilidades estruturais encontram as condições para sua intensificação.

Parte II

A Sociedade Contemporânea Aumenta a Vulnerabilidade à Ideação Suicida?

O aumento das taxas de suicídio entre adolescentes não pode ser compreendido apenas por meio de uma análise estrutural da experiência dessa etapa da vida. É necessário considerar também como a sociedade contemporânea organiza os vínculos, os quadros de sentido e as oportunidades de pertencimento. Já no início do século XX, Émile Durkheim apontava para a relação entre as transformações sociais da sociedade industrial e a ocorrência do suicídio, descrevendo como o enfraquecimento dos vínculos coletivos poderia aumentar a vulnerabilidade individual. Mais de um século depois, sua análise permanece notavelmente relevante. Vivemos em uma sociedade na qual a valorização do individualismo, o sobreinvestimento de expectativas no futuro e a atribuição radical de responsabilidade a cada sujeito por seu próprio destino criam um campo específico de risco. Autores como Bauman (2000) descrevem esse processo como uma modernidade “líquida”, marcada pela fluidez dos vínculos e pela fragilidade das referências, enquanto Byung-Chul Han (2017) identifica a “sociedade do desempenho” como produtora de liberdade e responsabilidade excessivas — uma configuração na qual cada sujeito se sente constantemente compelido a autoconstruir-se sem sustentação coletiva. A liberdade, apresentada como a mais alta conquista da modernidade, torna-se fonte de angústia quando não é

acompanhada por referências sólidas de pertencimento e por limites compartilhados.

Essa dinâmica social deve ser compreendida em correlação direta com as dimensões estruturais descritas na Parte I. O excesso de esperança e expectativa ressoa com a temporalidade adolescente, já caracterizada pela hipertrofia da protensão; assim, o futuro aparece não apenas como ilimitado, mas também carregado de uma exigência impossível de realização. O individualismo enfraquece a intersubjetividade, deslocando o adolescente de um campo de sustentação compartilhada para uma experiência de autonomia solitária, na qual a equivalência com o outro perde lastro. A responsabilidade radical pelo próprio destino reverbera na espacialidade, exigindo que o jovem defina seus próprios caminhos no interior de um mundo de horizontes vastos e instáveis. Por fim, a sobrecarga de desempenho e comparação social recai sobre a corporeidade, que se torna palco de expectativas externas e julgamentos incessantes.

Se a modernidade industrial já havia enfraquecido os vínculos de pertencimento, esse processo é radicalizado no contexto digital. Os laços comunitários tornam-se mais fluidos, as normas sociais perdem estabilidade e os indivíduos são constantemente expostos a novas exigências de adaptação, desempenho e visibilidade. O adolescente, em meio a uma estrutura psíquica em reorganização, é especialmente vulnerável a essa dinâmica: aquilo que já é vivido como excesso interno de futuro, desalojamento espacial, estranhamento corporal e busca por intersubjetividade horizontal encontra, na contemporaneidade, um terreno que intensifica cada uma dessas tensões.

Fragmentação Social e sua Radicalização no Mundo Digital

A perda de antigas fontes de estabilidade — família, religião e papéis sociais predefinidos — já havia sido descrita na sociedade industrial como geradora de angústia. Como Durkheim observou em *O Suicídio: estudo de sociologia* (1897/1951), o enfraquecimento das estruturas coletivas e a erosão dos quadros morais compartilhados conduzem a um estado de anomia, no qual os indivíduos são deixados sem referências estáveis de pertencimento ou direção. Enquanto o lugar do indivíduo no mundo antes era delimitado por estruturas coletivas, a modernidade industrial abriu um campo de possibilidades mais amplo, porém mais solitário:

tornou-se tarefa de cada sujeito construir uma trajetória biográfica sem garantias externas de sentido.

O contexto social contemporâneo é marcado por profundas modificações na organização dos grupos sociais, nas possibilidades de pertencimento ao mundo e nos modos como as relações são estabelecidas. Ao longo da última década, a intensificação massiva das relações mediadas por conexões online — em múltiplos formatos — transformou profundamente as formas da relação humana. O si mesmo e o outro podem agora iniciar e sustentar uma relação de qualquer tipo sem presença corporal, sem temporalidade ou espacialidade compartilhadas, sustentados apenas por uma forma diluída de intersubjetividade moldada pela mediação online. Vivemos, assim, uma radicalização da fragmentação social: vínculos frágeis, pertencimento instável, cancelamentos instantâneos e ausência de lastro. Bauman (2000) já havia descrito como relações frágeis e descartáveis, típicas da modernidade líquida, poderiam minar a construção de identidades duradouras. Em termos fenomenológico-estruturais (Fuchs, 2018), a consequência é a perda da continuidade intersubjetiva necessária para que o adolescente organize sua biografia no interior de um campo compartilhado de sentido.

O Mundo Virtual como Nova Espacialidade e Intersubjetividade Enfraquecida

Desde a possibilidade de carregar um mundo virtual na palma da mão — com a introdução dos smartphones em 2010 — ocorreu uma transformação radical no modo como os pares interagem. Em 2015, adolescentes passavam, em média, sete horas por dia diante de telas; em 2022, espantosos 46% relataram estar online “quase constantemente” (Common Sense Media, 2019; Pew Research Center, 2022).

O estabelecimento de um regime de interações mediadas por smartphones produziu uma alteração estrutural nas formas de sociabilidade. Antropologicamente, as interações sociais face a face possuem quatro características centrais: (1) são corporificadas, exigindo presença física, percepção da corporeidade do outro e resposta recíproca a sinais corporais — tanto conscientes quanto inconscientes; (2) são síncronas, ocorrendo em tempo real e dependendo de sutilezas de ritmo, alternância e temporalidade corporal; (3) são singulares, tendendo a ocorrer de um

para um ou em pequenos grupos, preservando a atenção recíproca dentro de um espaço relacional delimitado; e (4) desdobram-se no interior de comunidades de maior estabilidade, com custos de entrada e saída que favorecem o investimento afetivo e a reconciliação após a ruptura.

As interações virtuais, em contraste, exibem quatro características inversas: (1) são descorporificadas, dispensando a presença física e até substituindo interlocutores humanos por algoritmos ou inteligências artificiais; (2) são amplamente assíncronas, baseadas em postagens e reações que ocorrem fora do tempo real; (3) são estruturadas como modelos de comunicação de um para muitos, permitindo interações paralelas e o alcance de audiências massivas; e (4) ocorrem no interior de comunidades com custos praticamente inexistentes de permanência, nas quais bloquear ou abandonar relações torna-se trivial.

Essas diferenças implicam uma transformação qualitativa na experiência social dos adolescentes. Enquanto o mundo físico antes oferecia um lastro estável, promovendo a dialética entre si mesmo e outro essencial à autoconstrução, o mundo virtual favorece relações frágeis e descartáveis. Essa perda da potência estabilizadora da intersubjetividade pode ser um dos fatores que correlacionam maior tempo de tela ao aumento de sintomas depressivos e ideação suicida em adolescentes (Twenge et al., 2018; Odgers & Jensen, 2020).

Contudo, é importante enfatizar que, embora esses estudos indiquem associações entre tempo de tela e sintomas depressivos ou ideação suicida, permanece na literatura um debate acerca da força e da causalidade dessa relação, sugerindo que outros fatores contextuais também devem ser considerados. Além disso, a lógica digital transfere a potência da intersubjetividade singular para a intersubjetividade coletiva, fixando identidades em categorias rígidas — “aceito” ou “cancelado”, “influyente” ou “irrelevante” — e, desse modo, diminuindo o poder expansivo e transformador da intersubjetividade singular.

Intersubjetividade Singular versus Coletiva

A constituição do polo do si mesmo emerge de uma abertura dialógica em direção ao polo do outro. Como descrito na Parte I, a adolescência promove uma abertura estrutural em direção a uma expansão da intersubjetividade — um processo corporificado e interativo no qual os corpos vividos se entrelaçam e constituem uma

intercorporeidade compartilhada (Fuchs, 2007). Nessa etapa, portanto, o que seria esperado é a consolidação de uma intersubjetividade singular — nos moldes da relação Eu-Tu descrita por Buber (1974) —, na qual dois polos se reconhecem como singularidades históricas em um diálogo vivo. Essa relação pode ocorrer em díades ou grupos, desde que preserve a porosidade interespacial e a integração de novas experiências sem anular a individualidade (Messas, 2021). É essa abertura que permite a transformação fluida e protensiva de ambos os polos, possibilitando o amadurecimento e a sedimentação criativa da experiência.

Contudo, nas modalidades relacionais predominantes do mundo digital, prevalece a intersubjetividade coletiva. O polo coletivo — composto por audiências anônimas, algoritmos e influenciadores — domina o indivíduo, fixando a identidade em moldes homogêneos. As identidades são transformadas em categorias rígidas: ser “influyente” ou “irrelevante”, “aceito” ou “cancelado”, alinhado ou não a certas narrativas sociais. Byung-Chul Han (2017), em *No enxame*, argumenta que as mídias digitais congelam a temporalidade, criando um espaço sem idade, destino ou morte, no qual as identidades são fixadas em imagens imutáveis. Nesse processo, perde-se o potencial expansivo da intersubjetividade singular — que sustentaria a transformação mútua de si mesmo e do outro. A potência biográfica é, assim, reduzida a holofotes digitais fugazes, cristalizada em representações imutáveis.

O Mundo Virtual e a Dialética entre Körper e Leib

Esse deslocamento também pode ser compreendido por meio da dimensão da corporeidade. A intersubjetividade coletiva, que fixa o indivíduo em uma identidade social, encontra seu paralelo na objetificação do corpo como aquilo que é exibido no ambiente virtual. Como observa Han (2017), “as mídias digitais realizam uma inversão icônica, fazendo com que as imagens pareçam mais vivas, mais belas e melhores” (*No enxame*, p. 53). Nesse contexto, o corpo deixa de ser vivido como *Leib* — o corpo vivido habitado e transformador — e torna-se reduzido a *Körper*, o corpo objetificado que é exibido e comparado.

Essa lógica virtual ecoa aquilo que foi descrito na Parte I: a adolescência exige uma síntese entre o corpo real, em transformação, e o corpo ideal, projetado em direção ao futuro. No espaço digital, contudo, essa síntese é distorcida: o corpo é congelado em imagens editadas, padrões sociais inalcançáveis e performances

públicas que impedem a oscilação inerente ao processo de amadurecimento. A discrepância entre o corpo vivido e o corpo exibido pode intensificar experiências de estranhamento, despersonalização e inadequação, aumentando a vulnerabilidade à ideação suicida.

Esse conjunto de transformações digitais afeta não apenas a intersubjetividade, mas também todas as dimensões estruturais — tempo, espaço e corporeidade —, deixando o adolescente sobre um terreno de instabilidade ampliada. É precisamente nesse ponto que o trabalho clínico fenomenológico-estrutural deve intervir.

A Ambivalência dos Pares

Na Parte I deste artigo, a relação com os pares foi descrita como ambivalente em seu papel na proteção contra o suicídio — capaz tanto de resguardar quanto de expor o adolescente ao risco. No ambiente digital, essa ambivalência é intensificada. A instabilidade dos grupos online, combinada à rápida circulação de narrativas relacionadas ao suicídio e ao domínio da intersubjetividade coletiva, que coloca o conceito acima do indivíduo, amplia as possibilidades de contágio. Quando um par morre por suicídio, sua história é rapidamente compartilhada em redes sociais e aplicativos de mensagens, frequentemente sem o conhecimento dos adultos. Se isso já era difícil de rastrear no interior das famílias, no mundo virtual torna-se quase impossível apreender a extensão da exposição dos adolescentes. Esses agrupamentos digitais criam uma temporalidade súbita e invasiva, na qual o acontecimento se repete indefinidamente por meio de mensagens, imagens e comentários, ampliando a vulnerabilidade coletiva.

Os dados de pesquisas epidemiológicas podem ser melhor compreendidos à luz desse fenômeno. As plataformas de mídias sociais criaram novos espaços para o efeito Werther: mensagens de despedida, memes e imagens de automutilação ou suicídio circulam rapidamente entre adolescentes, funcionando como modelos de ação (Balt et al., 2023; Arendt et al., 2019). O reforço algorítmico intensifica a exposição: buscas por conteúdos relacionados à depressão ou ao suicídio em plataformas como o Instagram geram ainda mais conteúdos do mesmo tipo, criando a impressão de que “isso é tudo o que existe” (Balt et al., 2023). Além disso, comunidades digitais podem consolidar uma identidade suicida, oferecendo

pertencimento em torno de comportamentos de risco, enquanto a velocidade de aplicativos como o WhatsApp acelera a formação de agrupamentos (Mueller, 2019).

Ao mesmo tempo, as redes sociais também favorecem o efeito Papageno. Muitos adolescentes encontram apoio e reconhecimento em comunidades virtuais, descobrindo que não estão sozinhos em seu sofrimento (Hamilton et al., 2024). Histórias online de recuperação funcionam como narrativas protetivas, normalizando a crise e oferecendo modelos de enfrentamento (Mueller, 2019). Iniciativas como o projeto #chatsafe demonstram que é possível utilizar as mídias sociais de modo seguro para comunicar sobre o suicídio e fortalecer estratégias protetivas (Arendt et al., 2019). Essa ambivalência mostra que o mesmo ambiente virtual pode operar tanto como ameaça quanto como proteção, a depender de como é utilizado, da natureza dos vínculos formados e do tipo de reconhecimento que o adolescente encontra em sua rede.

Um aspecto crucial dessa ambivalência é que muitos adolescentes que morreram por suicídio haviam deixado sinais explícitos nas redes sociais que não foram reconhecidos como indicadores de risco real. Estudos de autópsia psicológica mostram que postagens, mensagens e atualizações de status em plataformas como WhatsApp e Instagram continham referências diretas a desejos de morte ou despedidas, mas pares e familiares não as interpretaram como pedidos de ajuda (Arendt et al., 2019; Balt et al., 2023). Em alguns casos, o conteúdo foi percebido como brincadeira ou como expressão típica da adolescência, sublinhando a ausência de códigos compartilhados entre pares, adultos e instituições. Como observam Hamilton et al. (2024), mensagens de sofrimento nas redes sociais podem intensificar a ideação suicida sem serem reconhecidas como risco imediato, revelando a profunda ambivalência da comunicação digital.

A fragilidade dessa forma de pertencimento intersubjetivo torna-se evidente. A comunicação digital é descorporificada: os sinais afetivos do corpo — olhar, tom de voz, ritmo da respiração — desaparecem, tornando difícil perceber a gravidade de uma mensagem. Ela também é assíncrona: uma mensagem publicada pode ser lida horas depois, fora do ritmo da urgência da crise. Além disso, é coletiva e difusa, dirigida a múltiplas audiências, diluindo a responsabilidade individual pela resposta. Por fim, o pertencimento a grupos virtuais é instável, sujeito a bloqueio instantâneo, exclusão ou “cancelamento”, o que enfraquece a durabilidade dos vínculos. Esses

próprios elementos explicam por que pedidos de ajuda, embora amplamente disseminados, muitas vezes deixam de suscitar apoio efetivo. O mesmo ambiente que pode oferecer conexão e pertencimento pode, simultaneamente, neutralizar sinais de perigo iminente.

Na era digital, os pares incluem, assim, não apenas aqueles que compartilham o mesmo espaço físico, mas também aqueles que habitam o mesmo ambiente virtual. O grupo de referência pode ser simultaneamente protetivo e desestabilizador, e cabe ao trabalho clínico reconhecer essa ambivalência. Sustentar adolescentes nesse contexto exige integrar a compreensão tanto da intersubjetividade física quanto da digital, reconhecendo como cada uma atravessa as dimensões estruturais: temporalidade marcada pela velocidade das narrativas coletivas, espacialidade expandida porém instável, corporeidade reduzida a imagens comparativas e intersubjetividade fixada em categorias coletivas. Somente a partir dessa visão integrada o campo clínico pode oferecer sustentação genuína aos adolescentes enquanto atravessam sua vulnerabilidade estrutural.

Parte III

A Clínica da Psicopatologia Fenomenológico-Estrutural

Estudos empíricos recentes levantaram questões importantes sobre a efetividade de campanhas de prevenção do suicídio centradas primordialmente na visibilidade midiática e em mensagens universais. Uma análise ecológica de série temporal da campanha brasileira “Setembro Amarelo”, por exemplo, não encontrou redução significativa na mortalidade por suicídio após sua implementação, e chegou a identificar aumentos de risco em anos e faixas etárias específicos, particularmente entre jovens (Cruz et al., 2024). Esses achados são consistentes com uma literatura internacional mais ampla, que indica que campanhas baseadas principalmente em publicidade e imperativos negativos tendem a apresentar efeitos limitados ou inconsistentes, especialmente quando não articuladas com intervenções clínicas, educacionais e comunitárias sustentadas (Torok et al., 2017; Oexle et al., 2019). A necessidade de repensar a prevenção do suicídio não é apenas uma exigência teórica da psicopatologia fenomenológica, mas uma necessidade empírica destacada pela efetividade limitada das estratégias atuais baseadas em campanhas.

Do ponto de vista fenomenológico-estrutural, tais limitações podem ser compreendidas como expressão de um descompasso entre a complexidade do sofrimento adolescente e a lógica redutiva das mensagens proibitivas. Quando a prevenção se organiza primordialmente em torno da negação — “não se mate” —, ela corre o risco de fechar espaços de produção de sentido e de diálogo precisamente em uma etapa da vida marcada por reconfiguração estrutural e elevada vulnerabilidade existencial. A presente abordagem propõe, portanto, que as estratégias de prevenção sejam reconsideradas à luz dos modos adolescentes de habitar o tempo, o espaço, a corporeidade e a intersubjetividade, oferecendo um quadro complementar orientado para a abertura, o reconhecimento da angústia e a contenção relacional, mais do que apenas para a interdição. No interior desse quadro, a prática clínica é convidada a reconhecer a crise não como uma anomalia a ser imediatamente neutralizada, mas como uma dimensão constitutiva da experiência adolescente.

Do ponto de vista fenomenológico-estrutural, responder ao suicídio requer, portanto, substituir a negação pela abertura: fomentar narrativas que reconheçam a angústia como significativa e digna de expressão, e que criem espaços relacionais orientados ao diálogo, mais do que à interdição.

Estrutura Psíquica, Mundo Digital e Tarefa Clínica: Restaurar o Movimento Temporal e a Intersubjetividade Singular

Reconhecer o mundo no qual o adolescente está inserido requer dois gestos simultâneos: primeiro, reconhecer as condições pré-reflexivas de possibilidade específicas dessa etapa da vida; e, segundo, compreender as transformações radicais trazidas pelo mundo digital ao longo das duas últimas décadas. A realidade digital impede a constituição de um lastro intersubjetivo estável, como aquele esperado nas relações corporificadas com os pares. Ela intensifica a distância em relação aos pais — já parte da reorganização própria dessa fase —, tornando ainda mais difícil que a família funcione como fonte de sustentação. Ela também enfraquece tanto a corporeidade quanto a temporalidade: o corpo é reduzido a imagens editáveis, e o tempo é congelado em narrativas instantâneas e repetitivas.

Ao reconhecer a estrutura psíquica e o mundo no qual o adolescente existe, pode-se delinear o objetivo central do trabalho clínico fenomenológico-estrutural:

reconhecer a paralisia temporal protensiva e favorecer a retomada do movimento. Esse processo pode ser auxiliado por intervenções farmacológicas, que atuam como medidas protetivas imediatas, capazes de amortecer a angústia e reduzir o risco iminente. Contudo, é sobretudo no interior da intersubjetividade singular com o terapeuta que a tarefa clínica encontra sua realização mais plena. Por meio da porosidade interespacial, abre-se um campo no qual o adolescente, apesar da angústia esperada dessa etapa, pode novamente reconhecer-se como projeto viável — retomando o caminho em direção a uma protensão incerta, por sua amplitude, mas possível, por sua potência individual.

Nesse sentido, é essencial sustentar todos os processos que favoreçam intersubjetividades singulares capazes de contrabalançar a fixidez imposta pela intersubjetividade coletiva do mundo virtual.

A Tarefa Clínica como Coabitação da Crise e Síntese Conclusiva

Ao trabalhar com um adolescente que questiona a própria existência, o clínico é convocado a coabitar a crise. Respostas simplificadas ou soluções imediatas tendem a ter pouco lastro temporal e podem até mesmo prejudicar a relação terapêutica. O espaço clínico é um espaço de presença e sustentação: estar com o adolescente, compartilhar sua instabilidade e ajudá-lo a suportar a tensão entre corpo e imagem, entre futuro e presente, entre espaço aberto e desalojamento, entre pares frágeis e uma família transformada.

A partir dessa perspectiva, o trabalho clínico assemelha-se à escultura: cada adolescente é um material singular que deve ser moldado segundo sua própria forma, buscando dar expressão àquilo que nele guarda potencial. A tarefa do clínico é ajudar o jovem a vislumbrar e sustentar esse potencial — sem perder a confiança na possibilidade de vir a ser.

Em síntese, a prática clínica fenomenológico-estrutural diante do suicídio adolescente requer integrar o singular e o coletivo, a finitude da biografia individual e a radicalidade do mundo compartilhado. É nesse espaço interseccional que pode ser construído um campo clínico capaz de sustentar o adolescente em meio à sua vulnerabilidade estrutural — não pela negação de sua crise existencial, mas por seu reconhecimento e sustentação.

Conclusão

Compreender o suicídio na adolescência exige uma mudança de perspectiva: não se trata meramente de identificar fatores de risco, mas de reconhecer a vulnerabilidade intrínseca a essa fase da vida como expressão de um processo estrutural de reorganização. A perspectiva fenomenológico-estrutural ilumina esse campo ao mostrar como a temporalidade — hipertrofiada por um excesso de futuro —, a espacialidade expandida e instável, a corporeidade atravessada pela dialética entre o corpo vivido e o corpo objetificado, e a intersubjetividade transformada da verticalidade para a horizontalidade criam, juntas, um terreno de angústia intensa. O sofrimento não aparece como exceção, mas como possibilidade constitutiva de um sujeito lançado à tarefa de reconfigurar radicalmente seu modo de habitar o mundo.

No contexto contemporâneo, essa vulnerabilidade estrutural encontra uma paisagem que a intensifica. A modernidade líquida, a sociedade do desempenho e, sobretudo, a radicalização digital produzem vínculos frágeis, pertencimento instável e identidades congeladas. O adolescente, já diante de um processo de reorganização estrutural, encontra na esfera digital um campo que amplifica essa condição de ausência de chão: a intersubjetividade singular dá lugar à intersubjetividade coletiva; o corpo vivido é reduzido a uma imagem comparável; a temporalidade é fragmentada por narrativas instantâneas; e a angústia da existência é ampliada em agrupamentos virtuais. Se os pares, no mundo físico, já eram uma instância ambivalente de proteção e contágio, no ambiente digital essa ambivalência adquire uma força sem precedentes, exigindo da prática clínica uma resposta mais ampla e mais atenta.

É nesse horizonte que o trabalho clínico fenomenológico-estrutural encontra sua tarefa: não negar a angústia, mas reconhecê-la como legítima; não oferecer respostas simplificadas, mas coabitar a crise; não se limitar a protocolos de risco, mas trabalhar com a singularidade de cada jovem em sua relação com o coletivo. O espaço clínico torna-se, assim, um espaço de reconstrução — da continuidade temporal, da sustentação intersubjetiva e da possibilidade de reinscrição biográfica. Como o ofício do escultor, consiste em ajudar o adolescente a dar forma a si mesmo, preservando a potência de sua singularidade diante das pressões do mundo.

Pensar o suicídio na adolescência pela lente fenomenológico-estrutural, portanto, é propor um modo de escuta que vá além da prevenção e do risco,

afirmando tanto a dignidade da angústia quanto o potencial transformador do encontro clínico. Somente por meio desse reconhecimento podemos oferecer aos adolescentes não apenas sobrevivência, mas a possibilidade de habitar o mundo de novo.

Referências

- Arendt, F., Scherr, S., Romer, D., & Vorderer, P. (2019). Effect of media portrayals of suicide on audience responses: A systematic review and meta-analysis. *Social Science & Medicine*, 233, 163–171. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.06.028>
- Balt, K., Rosenfield, P., & Lutz, J. (2023). Digital clusters and the circulation of suicidal narratives among adolescents: A systematic review. *Frontiers in Psychology*, 14, 1207–1221. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.01207>
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Binswanger, L. (1958). The case of Ellen West. In R. May, E. Angel, & H. F. Ellenberger (Eds.), *Existence: A new dimension in psychiatry and psychology* (pp. 237–364). Basic Books.
- Buber, M. (1974). *I and Thou* (W. Kaufmann, Trans.). Charles Scribner's Sons. (Original work published 1923)
- Ceron-Litvoc, D., & Messas, G. P. (2016). Phenomeno-structural analysis of spatiality in the first two years of life. *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 5(2), 86–110.
- Ceron-Litvoc, D. (2020). Interpersonality in early childhood: Possibilities of an encounter with the other. *Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 9(1), 57–72.
- Common Sense Media. (2019). The Common Sense census: Media use by tweens and teens. <https://www.commonsensemedia.org/research/the-common-sense-census-media-use-by-tweens-and-teens>
- Cruz, W. G. N., Jesuino, T. A., Moreno, H. F., Santos, L. G., & Galvão-de Almeida, A. (2024). Analysis of the impact of the Brazilian Suicide Prevention Campaign "Yellow September": an ecological study. *Trends in psychiatry and psychotherapy*, 46, e20220564.
- Durkheim, É. (1951). *Suicide: A study in sociology* (J. A. Spaulding & G. Simpson, Trans.). Free Press. (Original work published 1897)
- Fuchs, T. (2007). Psychopathology of intersubjectivity. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 6(3), 273–295. <https://doi.org/10.1007/s11097-007-9054-1>

- Fuchs, T. (2018). *Ecology of the brain: The phenomenology and biology of the embodied mind*. Oxford University Press.
- Giordano, P. C. (2003). Relationships in adolescence. *Annual Review of Sociology*, 29, 257-281. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100047>
- Hamilton, J. L., Burke, T. A., & Alloy, L. B. (2024). Social media and suicide: Understanding online risks and protective factors in adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 74(2), 215–223. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2023.05.012>
- Han, B.-C. (2017). *In the swarm: Digital prospects* (E. Butler, Trans.). MIT Press. (Original work published 2013)
- Hopkins, B., Barr, R. G., Michel, G. F., Rochat, P., & Zeanah, C. H. (Eds.). (2017). *The Cambridge encyclopedia of child development* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Minkowski, E. (1973). *El tiempo vivido: Estudios fenomenológicos y psicopatológicos* (Trad. A. Serrano de Haro). Fondo de Cultura Económica. (Obra original publicada em 1933)
- Messas, G. (2021). *The existential structure of substance*. Springer.
- Mueller, A. S. (2019). Understanding suicide contagion through the Werther and Papageno effects: An integrative review. *Current Opinion in Psychology*, 22, 68–73. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.07.012>
- Odgers, C. L., & Jensen, M. R. (2020). Annual research review: Adolescent mental health in the digital age: Facts, fears, and future directions. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 61(3), 336–348. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13190>
- Oexle, N., Feigelman, W., & Rüsch, N. (2019). Effects of suicide prevention campaigns on suicide-related stigma and help-seeking: A systematic review. *Crisis*, 40(4), 231–241. <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000570>
- Pew Research Center. (2022). *Teens, social media and technology 2022*. <https://www.pewresearch.org/internet/2022/08/10/teens-social-media-and-technology-2022>
- Piaget, J. (1972). *Six psychological studies* (D. Elkind, Trans.). Vintage Books. (Original work published 1958)
- Tatossian, A. (1979). *La phénoménologie des psychoses*. Masson.
- Tellenbach, H. (1976). *Melancolía: Historia del problema, endogeneidad, tipo, patogénesis y clínica*. Springer-Verlag Ibérica. (Original work published 1961)
- Török, M., Caele, A. L., Shand, F., & Christensen, H. (2017). A systematic review of mass media campaigns for suicide prevention: Understanding their efficacy and the mechanisms needed for successful behavioral change. *Crisis*, 38(6), 417–428. <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000472>

Twenge, J. M., Joiner, T. E., Rogers, M. L., & Martin, G. N. (2018). Increases in depressive symptoms, suicide-related outcomes, and suicide rates among U.S. adolescents after 2010 and links to increased new media screen time. *Clinical Psychological Science*, 6(1), 3–17. <https://doi.org/10.1177/2167702617723376>